

O RACISMO NA SALA DE AULA E A LEI 11.645/2008

RELIGIOUS RACISM HUMAN RIGHTS AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS

Tiago Nicolau da Silva

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Roraima e
Historiador pela Universidade Federal de Roraima.

RESUMO

O presente artigo discute a urgência de os saberes negros estarem presentes nas salas de aula brasileiras, uma vez que o racismo estrutural, permeado na história do país, afeta o campo educacional. Essa discussão leva em consideração o posicionamento de autores negros a respeito da temática, bem como o que preconiza a lei 11.645/2008. Com essa discussão, este texto pretende evidenciar o fato de o racismo silenciar os conhecimentos produzidos pela população negra dentro do ambiente escolar e qual a importância desses saberes, que, por séculos, são inferiorizados pelos grupos hegemônicos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, considerando autores como Almeida (2020), Carneiro (2023) e Cavalleiro (2001), que discutem como a escola tem um papel fundamental na desconstrução desse fenômeno social que é o racismo.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Epistemologia; Racismo; Direitos Humanos; Antirracismo.

ABSTRACT

This article discusses the urgent need for black knowledge to be present in Brazilian classrooms, since structural racism, permeated in the country's history, affects the educational field. This discussion takes into account the position of black authors on the subject, as well as what law 11.645/2008 recommends. With this discussion, this text aims to highlight the fact that racism silences the knowledge produced by the black population within the school environment and the importance of this knowledge, which for centuries has been inferiorized by hegemonic groups. To this end, a qualitative bibliographical study was carried out, considering authors such as Almeida (2020), Carneiro (2023) and Cavalleiro (2001), who discuss how the school plays a fundamental role in deconstructing this social phenomenon that is racism.

KEYWORDS

Education; Epistemology; Racism; Human Rights; Anti-racism.

O RACISMO NA SALA DE AULA E A LEI 11.645/2008

A princesa Isabel
Passou cheque sem fundo
Enganando todo mundo
A escravidão não acabou
A escravidão continua
Só não vê quem é cego
Ou tem cabeça na lua

Poema, *A princesa Isabel*¹

[...] Paciência, Tolerância,
Fé, Esperança,
são elementos fundamentais
para a construção da mudança. [...]

Texto, Mudar.²

1. INTRODUÇÃO

A historiadora e especialista em história da escravidão, Ynaê Lopes dos Santos, em sua obra *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*, mostra como o racismo brasileiro se confunde com a própria história do país. De acordo com a autora, “[...] Talvez esta seja a forma mais simples de dimensionar o que é o racismo no Brasil: é grande parte daquilo que consideramos normal” (SANTOS, 2022: 14), já que a invasão de europeus em terras brasileiras e a atuação desses grupos no extermínio das populações nativas e no tráfico transatlântico marcaram e moldaram nossa história.

Considerando isso, este artigo evidencia como o racismo silencia os conhecimentos produzidos pela população negra dentro do ambiente escolar e qual a importância desses saberes, que, por séculos, foram colocados pelos dominadores como menores e inferiores. Além disso, a discussão promovida neste artigo evidencia o fato de que esses saberes são importantes para que ocorra um giro epistemológico dentro de nossa educação branca e para que percebamos a riqueza de saberes pretos no chão da sala de aula. O filósofo Silvio Almeida (2020: 32) define o racismo como

Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam.

¹ Poema do poeta afro-brasileiro Carlos de Assumpção, disponível na obra *Não pararei de gritar: poemas reunidos* (2020).

² Trecho do texto Mudar, da professora Madalena Freire, disponível no livro *Educador, Educa a dor* (2022).

O racismo apresenta-se nas mais diversas situações sociais, incluindo eventos como partidas de futebol, em que falas e gestos preconceituosos muitas vezes denotam atitudes racistas. Acrescenta-se a isso manifestações em outros espaços sociais, como o ambiente escolar e em espaços públicos que frequentamos.

A naturalização da ideologia racista em nossa sociedade é historicamente explicável, o embranquecimento de nossa cultura e identidade nacional, juntamente com o incentivo de migrações de europeus para nossas terras são alguns exemplos de como racismo agiu ao longo do tempo por aqui. A educação foi e continua sendo um dos meios de manutenção e perpetuação do racismo brasileiro, uma educação que no primeiro momento ficou responsável pela igreja ajudou no processo de estigmatizações dos negros e indígenas.

O antropólogo e intérprete do Brasil Darcy Ribeiro, em uma de suas obras, *Educação como prioridade* (2018), afirma que a escola pública brasileira é antipopular e não foi pensada para os mais pobres. Ribeiro cita as crianças como um dos grupos em que isso se torna evidente. Ademais, o autor menciona o não acolhimento humanizado dentro do ambiente escolar como um elemento que colabora para que esse espaço tenha um “caráter cruelmente elitista” (RIBEIRO, 2018: 21).

O Brasil é historicamente um país desigual e continua sendo na contemporaneidade³, considerando que ainda há uma disparidade de renda muito grande entre os brasileiros. A população mais pobre possui muitos anseios e cobra que seus direitos sejam efetivados, pois o acesso à educação, que é recente em terras brasileiras para os mais pobres, até hoje não alcança todas as classes sociais.

As constituições brasileiras, ao longo de seus processos de elaboração, evidenciam quem eram as classes e os filhos de quem poderiam acessar a escola pública no país. Com uma longa história marcada pela escravidão e pelo genocídio dos povos indígenas, o Brasil excluiu os menos favorecidos do processo educacional formal, gerando, consequentemente, um processo ainda mais difícil para aqueles que queriam ascender socialmente. Constituiu-se, assim, uma sociedade de classes que teve por mais de três séculos o sistema escravista vigente. Isso, por sua vez, contribuiu para a hierarquização de seres humanos, gerando uma desigualdade social/racial no país.

³ Sobre desigualdade na contemporaneidade ver <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.ghtml>.

A educação como direito de todos, laica e gratuita, é muito recente na nossa história. Campesinos, filhos da classe trabalhadora, negros e pobres entraram nas escolas há pouco tempo. O Brasil foi um país colonizado por pessoas brancas que tinham a religião cristã como oficial do país. Eses indivíduos eram, em sua grande maioria, homens, o que acabou refletindo na construção de uma educação eurocentrada, que exclui saberes tradicionais/ancestrais dos povos originários e não tem como premissa um diálogo horizontal de saberes dentro da sala de aula.

A escola não é o único local em que as discriminações se manifestam e os educadores não são os únicos responsáveis pela luta antirracista no país. Essa luta precisa ser ampliada para tomar dimensões nos vários setores da nossa sociedade. No entanto, a educação é um dos principais motores dentro de uma sociedade e muitos cidadãos passam pela escola pública. Para muitos indivíduos, a passagem pela escola é a única vez que haverá contato com o ensino formal. Diante disso, é pertinente questionar: qual será o papel social da educação das relações étnico-raciais na vida dessas pessoas? É a escola uma das instituições responsáveis pelo debate daquilo que atravessa/afeta a vida de milhares de brasileiros.

2. POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

No Brasil, as relações raciais nunca foram um assunto pacífico. Para muitos, é um tema polêmico e, na maioria das vezes, é evitado. A discussão das relações raciais que se deu em nosso país é muito importante, pois contribui para o entendimento de como foram estruturadas essas relações desde o período colonial até os dias atuais e apresenta um panorama da realidade que vivemos hoje no Brasil.

A herança educacional do período da colonização ainda é muito latente nas escolas públicas brasileiras, manifestando-se, geralmente, sob a forma de uma educação que não dialoga com a realidade da maioria dos alunos e que, por isso, precisa ser superada. Em 2023 a lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira completou 20 anos, e, segundo o levantamento⁴ da ONG Todos Pela Educação, apenas metade (50,1%) das escolas públicas do país tiveram ações contra o

⁴ Sobre o levantamento ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-07/so-metade-das-escolas-publicas-tem-projetos-antirracistas-aponta-ong>.

racismo em 2021, ano em que foi feita a última pesquisa do Sistema Nacional de Avaliação Básica – Saeb.

Esse dado demonstra que a educação ainda precisa trilhar caminhos para que a luta antirracista seja um dos eixos no campo educacional e tenha financiamento por parte do estado, além de incentivo para formação inicial e continuada para os educadores e educadoras. A hierarquização de saberes é fruto desse longo processo de dominação e desumanização das pessoas negras, uma vez que os seus saberes sempre foram subjugados em relação ao conhecimento produzido por pessoas brancas.

O racismo é um dos principais legitimadores do apagamento dos conhecimentos produzidos por pessoas negras em sala de aula. A escritora e doutora em educação Sueli Carneiro (2023) afirma que o epistemicídio é anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados e não somente, mas também, implica no processo persistente de produção da indigência cultural através da negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade, pela produção de inferiorização intelectual, Carneiro (2023: 109) afirma:

O epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro. A exclusão racial via o controle do acesso, do sucesso e da permanência no sistema de educação manifesta-se de forma que, a cada momento de democratização do acesso à educação, o dispositivo de racialidade se rearticula e produz deslocamentos que atualizam a exclusão racial.

A exclusão de pessoas negras dos espaços formais da educação impossibilita a construção de conhecimentos produzidos por essas pessoas e por acesso a intelectuais negros e negras. Além da exclusão causada pelo racismo, podemos observar o silenciamento de pessoas negras que tentam lutar por um educação contra-hegemônica branca.

A historiografia brasileira comprometida com a luta do movimento negro mostra que as populações negras, bem como seus saberes e manifestações culturais, foram excluídas do processo educacional. O epistemicídio contra a população afrodescendente aniquila os saberes/conhecimentos produzidos pelos povos oprimidos e, nesse caso, podemos citar as populações negra e indígena, que sofreram e sofrem um longo processo de apagamento epistemológico.

O conhecimento que veio do continente africano mediante os seres humanos escravizados e os aqui desenvolvidos marcam toda uma história que muitas vezes não

chegam aos currículos escolares, crianças e adolescentes que são negras e tem em sua família pessoas com sangue africano não presenciam dentro do ambiente escolar conteúdos que trabalhem com sua história e cultura, o não reconhecimento desses saberes dentro desse ambiente em muitos casos é o motivo da evasão escolar.

A história da cultura africana e afro-brasileira descolonizada é urgente nas salas de aulas do nosso país. Os professores e professoras de história precisam ensinar a história da escravidão que aconteceu na América portuguesa, pois isso é essencial para que os alunos conheçam por que chegamos onde estamos. Entretanto, é importante salientar a apresentação da história/cultura africana e afro-brasileira para além da escravidão, mostrando suas contribuições na formação nacional e na nossa cultura. Gomes e Roza, ao discutir o impacto do racismo em nossa história, diz:

A riqueza do nosso país foi construída em cima do sangue, do estupro, da violência imposta pelo processo de escravidão e pelo modo de produção escravista aos africanos e às africanas escravizadas e seus descendentes. Esse modelo de produção deixou marcas profundas na nossa constituição histórica e econômica, e está arraigado na estrutura das relações de poder, na economia na cultura na educação, no imaginário nas relações de trabalho brasileiras. Esse tenso complexo processo envolve o corpo negro e os sujeitos que o portam. Ora rejeitado, hora exaltado de forma exótica e erótica, o corpo negro e a corporeidade negra foram forjados em processo de regulação e emancipação (GOMES; ROZA, 2021: 86).

O sistema escravista deixou muitas sequelas sociais para a população negra brasileira. A construção daquilo que conhecemos como Brasil foi feita em cima de muito sangue e sofrimento das populações que foram inferiorizadas. Uma educação que ajude no processo de superação dessas visões sobre aqueles que construíram o país é fulcral para o fortalecimento da democracia e na busca de uma sociedade justa.

Os negros e indígenas possuem suas próprias cosmovisões, que foram tratadas com muito desprezo. A escola tem um papel fundamental na superação desses estigmas sobre a cultura dos negros e indígenas, dialogando sobre a diversidade existente em nossa sociedade.

A educação para as relações étnico-raciais é importante no processo de mostrar o outro e como a cultura dos povos afrodescendentes é rica e contribuiu na formação da nossa história. A lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana em toda as escolas do país, e o parecer 003/2004-CNE, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que respalda o educador ao trabalhar temas que envolve todas as manifestações afro-brasileiras é ganho no campo das legislações, aliada à luta antirracista contribuindo no trabalho com a educação das relações étnico-raciais.

Vários são os desafios, dentro e fora do ambiente escolar. É diária a luta com coordenação/direção de escolas e pais que não aceitam que seus filhos aprendam coisas que muitas vezes são denominadas do “demônio”, que foge dos “valores” tradicionais brancos cristãos.

Segundo Souza e Nogueira (2022), para termos uma educação antirracista é preciso um giro epistemológico. Para os autores, “uma educação antirracista implica em construir coletivamente narrativas que resgatam memórias e traduzem experiências forjadas em valores civilizatórios como: oralidade, corporalidade e ancestralidade” (SOUZA; NOGUEIRA, 2022: 25).

Como professores comprometidos com a luta antirracista, precisamos ter como premissa a ideia de que para que a educação para as relações étnico-raciais cumpra seu papel, precisa levar os alunos e os próprios professores/comunidade escolar a questionarem a si mesmos, suas condutas, falas permeadas pelo racismo linguístico e principalmente seus pré-conceitos sobre as culturas negras. Precisamos aprender uma história descolonizada a partir de historiadores negros e negras que nos ajudem no processo de compreensão das cosmovisões diferentes das ditas “padrões”.

As epistemologias pretas só estarão presentes e o giro epistemológico irá acontecer em salas de aula brasileiras quando começarmos a leitura de intelectuais negras e negros para entender a percepção de mundo e de educação a partir de outros lugares de fala. Os discentes poderão, com isso, se sentir representados ao trabalhar com temas que envolvam sua história e cultura. A professora Eliane Cavalleiro, ao falar do racismo e antirracismo na educação, afirma:

A educação formal tem grande relevância para a formação de cidadãos críticos e convededores de seus direitos civis, políticos e sociais. Torna-se, então, fundamental a reflexão por parte de nós profissionais de educação sobre a presença das formas que conduzem as desigualdades na sociedade e também no espaço escolar. Compreender e reconhecer a desvantagem que constitui o racismo para o desenvolvimento das relações sociais entre negros e brancos - com a penalização de cidadãos negros - constitui uma ação fundamental para enfrentar essa falta de equidade. (CAVALLEIRO, 2001: 142).

Ainda:

A ausência de atitude por parte de professores(as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação vista que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial. *“Não é só silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação – reflexão.”* (CAVALLEIRO, 2001: 146).

Para que a escola se torne um espaço que convive com a diversidade, é essencial que seus agentes saibam lidar com os futuros problemas que a convivência entre os diferentes possa gerar nos discentes. Um adolescente que possui uma religião/cultura/linguagem diferente de seu colega em algum momento pode tratar de forma preconceituosa ao se referir ao outro. O educador, dentro da ética que exige a profissão, terá que mediar esse conflito, usando esse acontecimento para fazer um debate sobre a diversidade do país de forma crítica-reflexiva com problematizações⁵ e fazendo os alunos entenderem as diferentes formas de expressões culturais, para Munanga (2005: 16)

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco.

O ensino ético comprometido com os direitos humanos precisa fazer um amplo diálogo com as culturas presentes na sala de aula, afinal, esse espaço é frequentado por indivíduos das mais variadas origens étnico-raciais e culturais. Há nas salas de aula espalhadas pelo país alunas e alunos de diferentes religiões, regiões, sotaques e visões de

⁵ As autoras Almeida e Grinberg (2019: 201), na obra Dicionário de ensino de história, fazem uma discussão sobre a problematização na história, um ponto levantado pelas historiadoras é a importância dos educadores nesse processo “Sem esquecer as dificuldades de elaboração e a colocação em prática de atividades como esta, o ensino de história baseado na problematização remete, finalmente, para uma outra questão fundamental: a do professor como produtor de saber. Para que o aluno seja produtor do saber, é essencial que, antes, seu professor também o seja. Se, cada vez mais, o papel do professor tem sido visto como o de alguém que não é o simples transmissor do conhecimento produzidos em outros lugares, mas alguém capaz de produzir seu próprio conhecimento, que será usado na sala de aula então é imprescindível que os professores tenham autonomia para escolher o que e como ensinar. De professores-pesquisadores e professores-autores é feita a matéria-prima de atitude problematizadora”.

mundo que muitas vezes fogem das hegemônicas. Como essas manifestações são recebidas em sala de aula?

A evasão escolar um problema muito sério brasileiro muitas vezes está ligado ao preconceito, o aluno que não suporta mais passar por episódios de discriminações se afasta do ambiente escolar por conta de sua saúde mental. A comunidade escolar precisa refletir até que ponto a educação formal oferecida para os discentes é permeada pelo racismo e as discriminações, a luta contra o preconceito racial é fulcral no campo educacional.

Em uma parte do Hino da República de 1890, é dito: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre País” (BRASIL, 1890). A negação histórica da violência praticada pelo sistema escravocrata é antiga e evidencia o ditado popular que afirma que brasileiro tem memória curta. Não podemos aceitar que o negacionismo histórico apague tudo aquilo que foi praticado com os negros e negras, afinal, nosso país possui uma dívida histórica com esses povos.

O mito da democracia racial ainda presente em nosso imaginário social leva várias pessoas acreditarem que a vivencias de raças no país é pacífica. O genocídio negro continua das favelas brasileiras, a desigualdade educacional cada vez mais alarmante e os subempregos sendo ocupados pelos negros e negras.

O advogado e militante Ronaldo Pagotto (2022), ao abordar em uma de suas obras sobre um projeto popular para o Brasil, uma das formas de incluir populações marginalizadas, fala da garantia de direitos, igualdade e diversidade no país. Segundo o autor, o acesso à educação é um dos pontos primordiais para implementar mecanismos de prevenção e enfrentamento de situações discriminatórias e uma luta constante pela laicidade e pela igualdade na educação pública (Pagotto, 2022).

Portanto, não podemos aceitar como professores e professoras uma escola homogênea que compactua com as desigualdades, uma educação que esteja refez do capital e não se coloca como transformadora da sua própria realidade, Freire (2013: 59), na *Pedagogia da Autonomia*, diz:

[...] Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. [...].

Para além da romantização da educação, o professor precisa levar seus alunos a lutar e concretizar seus direitos. Com isso, os educandos poderão ter uma ampla reflexão de sua cidadania, entendendo que o racismo e a falta de conhecimento da história e cultura afro-brasileira podem gerar violência contra essas populações e suas manifestações, assim, gerando desigualdades já existentes em nossa sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O antirracismo pode estar presente na história e na educação através de narrativas de (re)existências. Considerando que o racismo ainda é fortemente negado no Brasil, os educadores devem fazer (re)leituras de intelectuais negros e negras para conhecer novas epistemologias educacionais e refutar a fala do senso comum de que não existe racismo no país, já que esse discurso ajuda no processo de perpetuação de desigualdades.

O que faremos como educadores e sociedade para que nossa educação seja mais inclusiva em um país em que, segundo a Organização das Nações Unidas⁶, a cada 23 minutos morre um jovem negro? Quais caminhos trilharemos para que muito jovens parem de deixar a escola antes de concluir o ensino formal para ir para o mundo do trabalho?

É preciso pensar uma educação/escolas para os trabalhadores, negros, pobres e indígenas e povos do campo. É essencial uma escola popular que receba e desenvolva políticas públicas para a permanência dos desfavorecidos dentro das instituições de ensino. A educação como campo de desenvolvimento pessoal e profissional que contribui no processo de construção do cidadão para o exercício da cidadania precisa chegar a todos, e com qualidade.

São muitos os desafios de uma educação inclusiva que tenha em seu cerne os direitos humanos. Essa educação é uma responsabilidade ética, política e social de todos aqueles que sonham e lutam por uma sociedade mais igualitária e justa. Em um país que tem uma longa trajetória de desigualdades, é primordial o acesso universal à educação para aqueles historicamente excluídos dos direitos fundamentais.

⁶Sobre a morte de jovens negros ver: <https://brasil.un.org/pt-br/78284-racismo-cada-23-minutos-um-jovem-negro-%C3%A9-assassinado-no-brasil>.

A luta por uma educação popular que dialogue com a realidade dos educandos e que seja feita por pessoas que conhecem o contexto social daqueles que estarão sentados nos bancos das salas de aula é urgente. Uma escola acolhedora que se abra para receber os mais pobres e negros do nosso país. A educação das relações étnico-raciais representa um desafio, afinal, apesar de vivenciarmos grandes transformações sociais no país, o Brasil é um país altamente autoritário⁷ e tem como mazela social o racismo e a violência, que passa pela forma simbólica e vai até a física.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anita Correia Lima de; GRINBERG, Keila. *Problematização*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). Dicionário de ensino de história. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 199-201, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- BRASIL. *Decreto n. 171 de 12 de janeiro de 1890*. Conserva o Hymno Nacional e adopta o da Proclamação da República. Coleção de Leis do Brasil - 1890, v. 1., p. 148. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-171-20-janeiro-1890-497697-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Conserva%20o%20Hymno%20Nacional%20e,Art..> Acesso em: 08/03/2025.
- ASSUMPÇÃO, Carlos de. *Não pararei de gritar: poemas reunidos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 136, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo da racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- FREIRE, Madalena. *Educador, educa a dor*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 187, 2022.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 59, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. *Apresentação*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, p. 15-20, 2005.

⁷ Sobre autoritarismo ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

- PAGOTTO, Ronaldo. *A crise brasileira e o projeto popular para o Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- GOMES, Nilma Lino. ROZA, Isis Silva. Diversidade, reinvenção da resistência democrática e a tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra. In: PEREIRA, Amilcar Araujo. *Narrativas de (re)existência: antirracismo, história e educação*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. p. 77-102
- RIBEIRO, Darcy. *Educação como prioridade*. 1. ed. São Paulo: Global, p. 13-40. 2018.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. 1. ed. São Paulo: Todavia, p. 14, 2022.

SOUZA, Ellen; NOGUEIRA, Sidnei; TEBET, Gabriela (orgs.). *Giro epistemológico para uma educação antirracista*. São Carlos: Pedro & João Editores 2022.